

Nota de imprensa

Rua Damasceno Monteiro, 114, 1170-113 Lisboa – Tel: 210 122 600 Fax: 210 122 629/99

informacao@sintap.pt

Vínculos, Carreiras e Remunerações

FESAP consegue mais tempo, mais garantias e consolida princípios gerais

A FESAP e o Governo sentaram-se hoje à mesa das negociações do Ministério das Finanças, Lisboa, tendo em vista mais uma reunião sobre o documento onde estão vertidos os “Princípios Orientadores” que presidiram à consumação da Reforma dos Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remuneração da Administração Pública.

A parte inicial do encontro de hoje foi dedicada à calendarização de todo o processo negocial, dadas as divergências existentes entre as datas propostas pelo Governo, manifestamente “apertadas” às que a FESAP considera como minimamente adequadas ao trato que tem que ser dado a matérias que são de uma importância vital para os trabalhadores e para o funcionamento da Administração Pública.

Assim, esta “primeira fase” negocial, que incidirá exclusivamente sobre o debate do documento contendo os “Princípios Orientadores” gizados pelo Governo a pedido da FESAP, prolongar-se-á até ao dia **15 de Março de 2007**, mediante a realização de reuniões semanais, culminando com a apresentação, pelo Executivo, de um projecto de proposta de Lei que servirá de base para a “segunda fase” das negociações. Aqui deverão estar já claramente definidas as questões ligadas aos **Vínculos, ao Estatuto Disciplinar e às Carreiras do Regime Geral**.

Devido à insistência da FESAP, esta “segunda fase”, que incidirá toda ela sobre a referida proposta de diploma, terminará no dia 11 de Junho de 2007, contra o próximo dia 29 de Maio, data inicialmente proposta pelo Governo para dar por terminada esta “fase”, que, à semelhança da primeira, decorrerá numa base de reuniões semanais entre os sindicatos e o Governo, pretendendo-se que no final desse período toda a disciplina a aplicar às **Carreiras do Regime Geral** esteja concluída. As **Carreiras do Regime Especial** serão tratadas na segunda metade do ano. Ficou ainda assente a necessidade de que fiquem estabelecidas quais serão consideradas como **funções nucleares do Estado** (defesa externa, segurança interna, guarda-florestal e prisional, etc...), já que esta definição é de grande importância para a definição dos regimes de vínculo ou nomeação.

Esta é uma solução de consenso, visto que a FESAP defendia que o processo negocial para as **Carreiras do Regime Geral** decorresse, no mínimo, até ao final do mês de Junho.

Fazendo-se condicionar pelo ciclo orçamental, o Executivo pretende apressadamente submeter ao Parlamento um documento já acabado até ao dia 15 de Junho do corrente, porém, é importante que entenda que qualquer Reforma no nosso sector, como em qualquer outro, terá que ser feita sempre com os trabalhadores e nunca contra eles, sendo por isso de grande importância que a estes possa ser dada a oportunidade de participar activamente em assuntos de tamanha importância para o seu futuro.

Após o acerto da agenda negocial, a discussão incidiu sobre todos pontos constantes na “**Parte III**” do documento, tendo o Governo assumido o compromisso de clarificar algumas questões levantadas pela FESAP, como os vínculos, as nomeações, o Estatuto Disciplinar ou o Estatuto do Pessoal Dirigente.

A consagração indubitável do Princípio de Igualdade de Acesso à Administração Pública, do Princípio de Responsabilização dos Dirigentes, do Princípio da Anualidade da Revisão dos Salários e o princípio de que os Sistemas de Gestão dos Recursos Humanos na Administração Pública deve contribuir para a valorização dos Trabalhadores mereceu total acordo entre Governo e FESAP.

Foram também reiteradas as garantias dadas nas reuniões de audição tendo em vista a preparação do presente processo negocial, no sentido de que as alterações futuras não resultarão em nenhum caso na perda de um euro que seja por parte dos trabalhadores, bem como a ideia implícita no discurso do Secretário de Estado da Administração Pública nessa ocasião, segundo a qual os vínculos actualmente existentes não estão ameaçados.

A próxima reunião realizar-se-á no próximo dia 16 de Fevereiro, no Ministério das Finanças.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2007